

## ARTIGO 09

### A ORDEM CISTERCIENSE – UM MODELO CRISTÃO DE MODERNIZAÇÃO NA IDADE MÉDIA

Gotthard Oblau<sup>300</sup>

#### RESUMO

1.1. Como o conceito tradicional de modernização parece ter chegado a um impasse, é apropriado estudar modelos pré-modernos de economia e inovação em busca de alternativas novas e sustentáveis.

1.2. Na história europeia, um desses modelos foi encarnado pela ordem monástica cisterciense durante os dois primeiros séculos de sua existência (1100-1300 d.C.). Os cistercienses representavam não apenas uma ética de trabalho altamente desenvolvida e um estilo de vida ascético, mas também uma ética econômica e uma filosofia de produção, ambas moldadas por valores nitidamente cristãos.

1.3. O exemplo cisterciense demonstra que:

- a) A Idade Média europeia testemunhou uma revolução tecnológica tão abrangente quanto o progresso dos séculos XVIII e XIX;
- b) A monasticismo medieval foi um movimento não tanto de fanáticos religiosos que tentavam fugir do mundo, mas de cristãos comprometidos em servir ao mundo;
- c) Uma práxis cristã que não se limita à esfera privada da vida, mas aplica seus padrões éticos também à esfera da produção e da economia, pode levar a modelos de desenvolvimento verdadeiramente humanitários.

2. Os mosteiros cistercienses eram comunidades rurais autossustentáveis com um rigoroso código disciplinar. A vida monástica era moldada por simplicidade e igualdade, pelo culto comunitário e pelo trabalho manual. Abadias e propriedades rurais monásticas não eram operadas apenas por monges, mas também por irmãos leigos, que eram camponeses ou artesãos recrutados localmente. Eles serviam como ponte entre os mosteiros e a população local e foram a chave do sucesso econômico e do impacto modernizador da ordem.

---

<sup>300</sup> Doutor em teologia, pastor aposentado residente na Alemanha. Palestra apresentada na Consulta Internacional “Cristianismo e Modernização” em Pequim – China (10 a 14 de outubro de 1994), traduzida do inglês com autorização do autor por Werner Fuchs. E-mail: w.fuchs2013@gmail.com.

3. Por meio de exemplos práticos, os cistercienses disseminaram por toda a Europa as mais recentes inovações de produção de seu tempo. Elas incluíam novos tipos de grãos, o sistema rotativo de três talhões, o arreo de coleira para cavalos, cultivo de frutas e métodos de enxertia, criação de ovelhas, criação de gado, viticultura, horticultura, apicultura, piscicultura, técnicas de irrigação e drenagem, o moinho de água, o moinho de vento, o eixo de comando, a tomboreamento mecânico, a extração de minério de ferro, o moinho de ferro, a fundição de ferro e o arado de ferro.

4.1. Em vista do estilo próprio de vida e economia, e por preferir locais remotos, os cistercienses se identificavam com os atrasados e marginalizados de seu tempo, disseminando a modernização dos centros para as periferias.

4.2. Em sintonia com a doutrina econômica cristã da Idade Média, os cistercienses promoviam uma economia voltada às necessidades básicas e que beneficiasse largamente as massas rurais.

4.3. De acordo com sua percepção religiosa da natureza, os cistercienses praticavam uma economia ecologicamente correta e promoviam a ideia do uso racional e sustentável dos recursos naturais limitados.

4.4. A integração cisterciense de teoria (pesquisa) e prática (produção), bem como o equilíbrio praticado entre uma estrutura de poder descentralizada (autonomia local) e um sistema centralizado de troca de experiências (conhecimento compartilhado), evidenciaram-se como muito propícios para os impactos modernizantes da ordem.

## ABSTRACT

1.1. As the traditional concept of modernization appears to have reached an impasse, it is appropriate to study pre-modern models of economy and innovation in search of new and sustainable alternatives.

1.2. In European history, one such model has been embodied by the Cistercian monastic order during the first two centuries of its existence (1100-1300 A.D.). The Cistercians stood not only for highly developed work ethics and an ascetic lifestyle but also for economic ethics and a philosophy of production, both of which were shaped by distinctly Christian values.

1.3. The Cistercian example shows that

-the European Middle Ages saw a technological revolution as far-reaching as the progress of the 18th/19th centuries;

-medieval monasticism was a movement not so much of religious fanatics who tried to flee from the world but of committed Christians serving the world;

-a Christian praxis which is not confined to the private sphere of life but applies its ethical standards to the sphere of production and economy as well, can lead to truly humanitarian models of development.

2. The Cistercian monasteries were self-supporting rural communities with a strict code of discipline. The monastic life was shaped by simplicity and equality, communal worship and manual labor. Abbeys and monastic farms were manned not only by monks but also by lay brothers, who were locally recruited peasants or artisans. They served as bridges between monasteries and the local population and were the key to the order's economic success and modernizing impact.

3. Through practical examples, the Cistercians disseminated throughout Europe the latest productive innovations of their time. These included new types of grain, the three-land system, the collar harness for horses, fruit plantations and grafting methods, sheep raising, cattle breeding, wine-growing, horticulture, bee-keeping, fish-raising, irrigation and drainage techniques, the overshot water mill, the crab windmill, the camshaft, mechanical tumbling, the production of iron ore, the iron mill, iron casting, and the iron plow.

4.1. In their particular lifestyle and economy and their preference for remote locations, the Cistercians identified with the backward and marginalized people of their times, spreading modernization from the centers to the peripheries.

4.2. In accordance with medieval Christian economic teaching, the Cistercians pursued a need-oriented economy, which benefitted the broad rural masses.

4.3. In accordance with their religious perception of nature, the Cistercians practiced an eco-friendly economy and promoted the idea of a rational and sustainable utilization of limited natural resources.

4.4. The Cistercian integration of theory (research) and praxis (production), as well as the practiced balance between a decentralized power structure (local autonomy) and a centralized system of exchange of experience (pooled knowledge) proved very conducive to the modernizing effects of the order.

## **1. A RELEVÂNCIA DOS CISTERCIENSES PARA O TEMA CRISTIANISMO E MODERNIZAÇÃO**

### 1.1.

Por que deveríamos recorrer à Idade Média quando falamos de modernização? – Por uma razão muito simples e convincente: Em nosso tempo de crise e transição, temos que buscar reorientação.

Hoje o conceito tradicional de modernização chegou a um impasse. Estudiosos de várias regiões do mundo estão reavaliando radicalmente o modelo de modernização predominante, iniciado pelos europeus. São bem conhecidos os fatos escandalosos: O abismo entre ricos e pobres está aumentando; recursos

limitados são esbanjados para beneficiar alguns poucos, enquanto se investe muito pouco para atender às necessidades mais básicas da maioria; uma acumulação enorme de capital causou uma concentração alarmante de poder sem controles; a destruição implacável do meio ambiente natural ameaça a própria base da sobrevivência humana. Obviamente esses problemas são mais do que meros efeitos colaterais da Era Moderna. Decorreram da própria concepção dela e estão enraizados em seus valores intrínsecos. Entrementes até mesmo o governo dos EUA está chamando o estilo de vida americano de estratégia econômica falida.

Isso não significa que a ideia de modernização deva ser condenada por completo. Para atender às necessidades humanas prementes, melhorar a vida das pessoas e tornar o planeta um lugar mais habitável, uma modernização sempre será necessária. Contudo hoje o próprio conceito de modernização precisa ser modernizado. É necessário encontrar novas estratégias, abandonar hábitos centenários. Este é o momento de resgatar e reexaminar formas pré-modernas de modernização. Por isso é apropriado olhar para a Idade Média quando falamos de modernização.

## 1.2.

Por que deveríamos recorrer a uma antiga ordem monástica quando falamos sobre cristianismo e modernização? Por uma razão muito interessante: ao longo da história europeia, o cristianismo e o desenvolvimento de uma modernização concreta e material talvez nunca tenham estado tão estreita e substancialmente ligados como durante os dois primeiros séculos da ordem cisterciense.

Os cistercienses foram exemplo de ética de trabalho e ascetismo pessoal altamente evoluídos. Seu trabalho prático e produtivo, aliado a um estilo de vida

simples e austero, causou grande impacto no desenvolvimento agrário e tecnológico de seu tempo. Essas virtudes e seus efeitos históricos podem evocar os puritanos, cujo papel na ascensão do capitalismo foi analisado classicamente por Max Weber.

Porém, ao contrário dos cistercienses, o estilo de vida cristão dos puritanos era relacionado ao indivíduo. Confinada à esfera privada, a fé puritana não conseguiu gerar uma ética pública própria. Ajudou a liberar forças econômicas e tecnológicas cujos efeitos contradiziam profundamente os ensinamentos e valores cristãos. Os cistercienses, em contraposição, vivenciavam sua fé em sociedades cristãs suficientemente fortes para desenvolver seus próprios valores comunitários e abordar o mundo com uma visão cristã abrangente. A ética de trabalho cisterciense era complementada pela ética econômica cristã. Sua antropologia cristã representou uma orientação para sua compreensão de desenvolvimento social. Sua fé na criação de Deus formatava seus padrões de produção e pesquisa.

É claro que os cistercienses eram filhos de seu tempo, e devido à distância histórica muitas de suas características devem parecer estranhas ao observador moderno. O exemplo cisterciense não pode em absoluto ser transferido simplesmente para um contexto diferente. Não obstante, a ordem encarnou uma contribuição nitidamente cristã ao progresso humano, da qual talvez possam ser tiradas algumas lições na atual busca por modelos alternativos de modernização. Nesse processo de aprendizagem, a atenção deve ser dirigida particularmente às seguintes características cistercienses: sua orientação para as bases populares, sua economia voltada para as necessidades, seus modos de produção ecologicamente corretos e sua integração de teoria e prática.

1.3.

Quem estuda a ordem cisterciense em seu contexto econômico medieval descobrirá cedo ou tarde que numerosas ideias amplamente difundidas não passam de mitos:

a) A imagem da Idade Média nunca se recuperou do ataque sofrido pelo Renascimento. A percepção de que a Idade Média foi obscura e retrógrada, ou um período de estagnação, influenciou os historiadores até hoje. Os fatos, no entanto, comprovam que a modernização não começou com a era da modernidade. Até mesmo a Idade Média testemunhou o que alguns historiadores chamaram de revolução tecnológica.<sup>301</sup>

b) A história da igreja, dominada pelos protestantes, denunciou o monasticismo medieval como um movimento de fanáticos religiosos que se distanciavam do mundo e buscavam a salvação individual. Durante os dois primeiros séculos de sua existência, contudo, a ordem cisterciense apresentou uma imagem completamente diferente.

c) A ética de trabalho ascético tem sido considerada a principal força motriz cristã por trás do processo de modernização da Europa. Embora possa ser verdade que ela tenha desempenhado um papel importante no surgimento histórico da cultura ocidental, a ética de trabalho por si só não é, de forma alguma, condição suficiente para um progresso de cunho humanitário. Além da moralidade individual e da integridade pessoal, uma contribuição distintamente cristã para qualquer forma de desenvolvimento também requer organização comunitária, certo grau de individualidade e independência, bem como interconexão com a sociedade circundante.

---

<sup>301</sup> WHYTE JR., Lynn: *Die mittelalterliche Technik und der Wandel der Gesellschaft* (Tecnologia Medieval e Mudanças Sociais), Munique 1962.

GIMPEL, Jean: *Die industrielle Revolution des Mittelalters* (A Revolução Industrial da Idade Média), Zurique-Munique 1980.

d) Comumente se afirma que fé cristã é questão da esfera privada e espiritual, sem qualquer relevância para a dimensão pública ou material da vida. Entretanto o exemplo cisterciense demonstra que uma práxis cristã que subordina à fé religiosa todas as esferas da vida, incluindo os modos de produção e economia, não somente é viável, mas também pode levar a modelos de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis e humanitários.

## **2. O MODO DE VIDA CISTERCIENSE**

O nome "cistercienses" originou-se da cidade francesa de Citeaux (do latim "Cistercium"), situada ao sul de Dijon, onde foi fundado o primeiro mosteiro da ordem em 1098. Seu fundador, Robert de Molesme, fora abade de um mosteiro beneditino. Decepcionado com o declínio religioso e moral de sua congregação, deixou-a e fundou um mosteiro independente, situado em local remoto. Com essa medida, pretendia retornar à regra beneditina e ao seu espírito original de simplicidade e disciplina monástica. Os cistercienses receberam seu impulso decisivo catorze anos mais tarde, quando se juntou a eles o monge Bernardo, posteriormente abade de Claraval, e uma figura cristã amplamente aclamada, com consideráveis qualidades de liderança e amplas conexões políticas. Sob sua influência, a ordem tornou-se extremamente popular e se espalhou em um ritmo sem precedentes. Em 1152 haviam sido fundados 336 mosteiros cistercienses. O número chegou a 529 em 1200, 671 em 1270, e a 740 em meados do século XIV, quando a ordem já havia passado do auge. Da França a ordem se espalhou por toda a cristandade ocidental. Seus mosteiros se localizavam de Portugal à Suécia, e da Escócia à Hungria e aos países bálticos.

Os cistercienses enfatizavam a natureza sagrada e comunitária da igreja. Em sua compreensão, a igreja não era primariamente um meio para transmitir a salvação aos fiéis, mas para capacitá-los a glorificar o nome de Deus por meio de

um serviço dedicado de corpo e alma e que abrangia adoração e trabalho prático em pé de igualdade.<sup>302</sup> Essa teologia gerou uma interessante mescla de misticismo religioso e atividade secular.

A vida diária nos mosteiros era estruturada rigidamente. Oito cultos comunitários eram distribuídos ao longo do dia, totalizando cerca de quatro horas. Cinco a sete horas eram dedicadas ao trabalho manual, enquanto duas a quatro horas eram reservadas para leituras espirituais. Restavam sete a nove horas de sono, e meia hora para a única refeição diária no inverno, ou uma hora para duas refeições no verão. Havia pouquíssimo tempo para contemplação ou oração individual.

Para se obter uma ideia adequada da vida cisterciense, nada poderia ser mais enganoso que a noção comum de monges sentados e dormindo em celas individuais, procurando fugir dos assuntos mundanos na solidão da meditação introspectiva. Em suas rotinas diárias, os monges cistercienses quase nunca estavam sozinhos. Dormiam em quartos coletivos, tomavam as refeições comunitárias no refeitório, trabalhavam em grupos e celebravam juntos em sua igreja. Pequenas capelas laterais destinadas à oração individual eram os únicos lugares em que os monges podiam, vez ou outra, passar algum tempo sozinhos.

Os cistercienses faziam voto de celibato e renunciavam à propriedade privada, bem como à menor expressão de abundância ou extravagância. Roupas e móveis eram de extrema modéstia e simplicidade. O estilo arquitetônico das igrejas cistercienses em toda a Europa tornou-se conhecido por sua funcionalidade e ausência de adornos. Uma torrezinha na cumeeira com um pequeno sino substituíam a tradicional torre de sinos, e até mesmo o cálice sacramental era feito de prata em vez de ouro ricamente decorado.

---

<sup>302</sup> HENRY, Patrick G.: *Monastic Mission*. The Monastic Tradition as Source for Unity and Renewal Today (Missão Monástica. A Tradição Monástica como Fonte de União e Renovação Hoje), in: *The Ecumenical Review*. vol. 39 (1987), p. 271-281.

Todos os mosteiros eram obrigados a ser economicamente autossuficientes e a se sustentar exclusivamente pela agricultura e pecuária. Para se estabelecer, os cistercienses preferiam lugares remotos e escassamente povoados de florestas ou pântanos. Todos os seus mosteiros se localizavam em vales de rios. Após a fundação de um mosteiro, toda a comunidade geralmente tinha que começar do zero, cultivando e colonizando as terras áridas ao redor. Na maioria dos casos, a agricultura era praticada em diversas propriedades monásticas que rodeavam a abadia em um círculo mais amplo. Esses estabelecimentos rurais monásticos eram operados e administrados por irmãos leigos.

Irmãos leigos foram uma instituição singularmente cisterciense. Assim como os monges, os irmãos leigos ingressavam na congregação mediante votos vitalícios e estavam sujeitos às regras e disciplina monásticas plenas. No entanto, não tinham educação formal nem eram clérigos ordenados. Como camponeses ou artesãos experientes, eram recrutados na região, servindo como elo entre o clero monástico e a população local. Os irmãos leigos ajudaram a ordem a desenvolver uma forte orientação de base, a se tornar amplamente popular entre os camponeses e a prosperar economicamente.

Em muitos casos, os irmãos leigos doavam seus direitos de terra e bens ao mosteiro, no qual toda forma de propriedade privada era considerada roubo. Em troca, como membros da comunidade, ganhavam segurança material, apoio na velhice e um funeral honroso. Monges e irmãos leigos eram aceitos na ordem somente após um ano de experiência, durante o qual os monges tinham que provar seu fervor e comprometimento religioso, enquanto os irmãos leigos eram especialmente testados na disciplina laboral.

A demanda por autonomia econômica exigia que cada mosteiro mantivesse numerosas oficinas, suprindo a comunidade de todos os utensílios e

ferramentas necessários para a casa e a agricultura. Instalações existentes em cada abadia eram um moinho de grãos, uma padaria, uma cervejaria, uma selaria, uma pelaria e uma fábrica de barris, além de oficinas de alfaiataria, tecelagem, sapataria, feltragem de lã e carroçaria.

Como o trabalho manual era considerado apenas mais uma forma de culto religioso, a disciplina nas oficinas e nas fazendas era rigorosa. Tudo tinha que ser feito em silêncio absoluto. Em consequência, monges e irmãos leigos se concentravam totalmente no trabalho, e os produtos eram de qualidade superior. Além disso, o próprio processo de produção recebia atenção máxima, resultando em constantes melhorias produtivas e em racionalização do processo de trabalho, algo desconhecido na economia feudal medieval.

A congregação cisterciense não era estruturada de forma muito hierárquica. Cada mosteiro era liderado por um abade que representava a comunidade perante o mundo exterior e na rede da congregação. Atuava internamente como pastor dos membros da comunidade e como autoridade máxima em questões disciplinares. O prior supervisionava os monges e irmãos leigos em suas rotinas diárias. Cargos especiais não vinham acompanhados de privilégios materiais. Constituídos por um espírito muito diferente da sociedade feudal circundante, os mosteiros eram conduzidos como lares de igualdade e partilha comunitária.

Ninguém podia viver do suor e trabalho alheios. Todo homem capaz, independentemente de sua origem ou status, tinha que trabalhar com as próprias mãos. O fato de monges instruídos e de linhagem nobre manusearem pá e enxada no campo elevava a autoestima da população rural, em geral amplamente desprezada.

Embora os mosteiros-mãe tivessem certa autoridade sobre seus mosteiros afiliados, cada mosteiro desfrutava de um alto grau de autonomia.

Visitas regulares entre os mosteiros fundadores e seus mosteiros descendentes mantinham a rede da ordem solidamente unida. Uma vez por ano o capítulo geral se reunia em Citeaux com a presença dos abades de todos os mosteiros (com certas exceções para aqueles de lugares distantes, como os países bálticos ou a Escandinávia). Todos possuíam voz igualitária. Nessa assembleia anual, que servia como fórum de regulamentação e na qual se discutiam todas as questões relevantes, incluindo as de natureza econômica ou tecnológica, cada abade costumava ser acompanhado por um ou mais irmãos leigos. No século XIII a ordem cisterciense era a rede de comunicação que melhor funcionava no mundo católico-romano.

Durante o auge dos cistercienses, seus mosteiros não faziam parte da hierarquia da Igreja Romana. Os bispos locais não tinham poder sobre eles. O Vaticano concedeu à congregação privilégios que lhe asseguravam um leque amplo de liberdade. Por exemplo, todos os mosteiros eram isentos do dízimo (um imposto de dez por cento da igreja sobre todas as terras e produtos), e a igreja se abstinha de interferir em questões de pessoal da ordem. As autoridades civis também eram condescendentes. Inúmeros governantes e proprietários doavam áreas e direitos territoriais à ordem.

Nos primeiros cinquenta anos da ordem os cistercienses não arrendavam terras a camponeses locais e não empregavam servos. Pelo contrário, muitos mosteiros conseguiram libertar servos da gleba que desejavam ingressar na ordem. Frequentemente traziam consigo seus lotes de terra, enquanto todas as obrigações relativas à área eram resolvidas entre o mosteiro e o latifundiário. Embora a ordem não fizesse parte da hierarquia feudal, sua influência econômica e autoridade social eram suficientemente grandes para permitir que seus abades lidassem com os senhores feudais em pé de igualdade. Foi somente na segunda metade do século XII que os mosteiros cistercienses começaram a assumir certas

funções de proprietários feudais. Isso aconteceu particularmente quando os cistercienses se expandiram para áreas a leste do rio Elba, onde os mosteiros passaram a controlar vastas áreas e aldeias inteiras. Porém mesmo lá arrendamentos e taxas eram relativamente baixos e humanitários.

O modo cisterciense de agir com a sociedade circundante no comércio e em outros tipos de transações econômicas seguiu um curso semelhante. Embora a ordem inicialmente tentasse se manter o mais afastada possível de todas as interações econômicas, a mais-valia acumulada logo demandou um escoamento. Para todas as atividades comerciais, sempre restritas a áreas locais, os cistercienses empregavam intermediários monásticos especiais ou corretores para proteger monges e irmãos leigos da corrupção. A especulação comercial permaneceu proibida. Irmãos considerados culpados de fraude eram temporariamente excluídos da eucaristia.

### 3. INOVAÇÕES CISTERCIENSES

Quem denigria a Idade Média costumava argumentar que a Europa medieval não presenciou quase nenhuma inovação tecnológica original. Embora seja verdade que a época foi pobre em invenções de primeira mão, seu povo, no entanto, provou ser altamente engenhoso em copiar, adaptar e aprimorar muitas inovações herdadas da Antiguidade ou acolhidas da Ásia. Aprender com outras culturas e aplicar as conquistas técnicas de outros para desenvolver as próprias forças produtivas são expressão de um espírito inovador e progressista. Nesse aspecto a Idade Média europeia foi uma época de progresso.

Além disso, avanço tecnológico é mais que uma sequência de invenções ou adaptações de novidades técnicas. A inovação efetiva como cerne do progresso produtivo requer uma série de etapas que incluem a aplicação prática de

invenções ou adaptações, bem como sua difusão e imitação.<sup>303</sup> Foi nesses dois aspectos que os cistercienses mais contribuíram para a revolução tecnológica da Idade Média. Eles foram grandes disseminadores, propagadores e educadores por meio do exemplo prático. As abadias e propriedades rurais monásticas funcionavam como laboratórios para adaptar e aprimorar técnicas adquiridas de outros lugares e como propriedades-modelo que demonstravam métodos de produção racionais e eficientes.

Os cistercienses disseminaram suas novas técnicas agrícolas principalmente do oeste para o norte e centro da Europa, e de áreas acessíveis e férteis para regiões remotas e não cultivadas. Muitos proprietários de terras tinham grande interesse em empregar irmãos leigos cistercienses como administradores de suas áreas, e o efeito multiplicador dos métodos de produção cisterciense dificilmente pode ser superestimado. Foi somente no século XVIII que outro impulso de desenvolvimento rural e tecnológico ultrapassou o patamar alcançado pelos cistercienses no século XIII.

O cultivo predominante que os monges cistercienses encontraram no norte e centro da Europa ainda era bastante extensivo e assistemático. Sobretudo em áreas remotas e intransitáveis, locais preferidos dos assentamentos cistercienses, a população ainda vivia de uma economia florestal atrasada, baseada na criação de porcos, caça e coleta de frutas silvestres.

Em todos os lugares que ocupavam, os cistercienses em geral se empenhavam primeiro no cultivo de terras degradadas e na derrubada de matas, e no litoral até mesmo em conquistar terras do mar. Além disso, introduziam novos tipos de grãos adaptados, juntamente com o sistema rotativo de três lotes, um método agrícola revolucionário desenvolvido pela primeira vez na Europa

---

<sup>303</sup> ZINN, Karl Georg: *Kanonen und Pest. Über die Ursprünge der Neuzeit im 14. und 15. Jahrhundert* (Canhões e Praga. Sobre a Origem da Era Moderna nos Sec. XIV e XV), Opladen 1989, p.32.

ocidental no século VIII. Enquanto antes metade da área cultivada precisava ficar em pousio para permitir a regeneração suficiente do solo, sob o novo sistema cada talhão era deixado sem uso apenas a cada três anos, enquanto no restante do tempo a semeadura de verão alternava com o recém-introduzido plantio de inverno. Desse modo a fertilidade do solo era preservada pela rotação de culturas, a mesma extensão de terras podia alimentar mais pessoas, e o plantio adicional de aveia permitia expandir a criação de cavalos.

A ênfase na criação de cavalos ajudou a impulsionar ainda mais a produtividade rural, especialmente em combinação com o arreio de coleira. Originário dos povos nômades das estepes asiáticas, o arreio de coleira chegou à agricultura europeia no século VIII ou IX, mas se espalhou para todas as partes da Europa apenas nos séculos XI e XII. Graças a essa inovação, a força de tração de uma parrelha de cavalos aumentou de 500 kg para cinco toneladas, permitindo que cavalos, que resistem bem mais no trabalho diário, substituíssem os bois na tração de arados. Os cistercienses também contribuíram para o aprimoramento técnico dos veículos puxados por cavalos e das estradas que ligavam as áreas cultivadas aos celeiros e às casas da propriedade rural.

Como vegetarianos, os cistercienses também eram especialistas em horticultura e viticultura. Graças às suas conexões internacionais, a ordem promoveu a introdução e o cultivo de novas variedades de frutas e vegetais. Sua disposição de pomares e suas técnicas de enxertia eram as mais avançadas e serviam de modelo em toda a Europa. Igualmente exemplares eram a criação de ovelhas (na Inglaterra), vacas e cavalos. Uma intensa troca de gado reprodutor ocorria entre os mosteiros e com outros empreendimentos. Em muitas regiões os cistercienses foram os primeiros a introduzir o pasto cercado (para evitar que o gado danificasse campos e jardins) e o plantio de gramíneas (para forragem de

inverno). Outro setor de grande importância era a apicultura, porque o mel era o único adoçante conhecido na época.

Contudo os cistercienses se tornaram mais famosos pelo uso da água e pela engenharia hidráulica. Foi seguramente o sucesso da congregação nesse campo específico que causou o impacto de maior alcance histórico no desenvolvimento rural e tecnológico da Europa. Como cada mosteiro se situava em um vale às margens de um pequeno rio ou riacho, suas instalações hidráulicas básicas seguiam mais ou menos o mesmo padrão. Havia barragens para acumular e regular a água do rio, valas de drenagem, cisternas e tanques para a criação de peixes. Um sofisticado sistema de canais desviava água do rio, direcionando-a para a cozinha, alojamentos, estábulos e oficinas. Alimentava os tanques de peixe e irrigava a horta. O sistema de tanques e pequenos reservatórios conectados por canais e eclusas era o mais avançado de seu tempo, gerando um amplo efeito multiplicador. Serviu como importante base tecnológica para disseminar modos de vida e produção eficientes e higiênicos na sociedade medieval.

Além disso, os cistercienses fizeram da água sua principal fonte de energia para a produção, utilizando e aperfeiçoando sistemas mecânicos acionados pela roda d'água. Sua instalação vertical permitia o aproveitamento otimizado das forças combinadas da água corrente e da gravidade, de modo que até mesmo quantidades muito reduzidas de água eram suficientes para acionar máquinas com potência suficiente para substituir dezenas de trabalhadores. Assim, a ordem monástica foi fundamental para um desenvolvimento em que a água se tornou uma fonte de energia tão importante na Idade Média quanto o petróleo no século XX. E o moinho da roda d'água alcançou uma importância comparável apenas à da máquina a vapor nos tempos modernos.

Moinhos d'água já eram utilizados no Império Romano, contudo devido à falta de técnicas de regulação da água eles não eram muito eficientes nem

muito comuns. Antes da fundação da congregação cisterciense havia mais de 5.600 moinhos d'água instalados na Inglaterra. O papel dos cistercienses em relação ao moinho d'água limitou-se à sua disseminação bem-sucedida. No entanto, no caso dos moinhos de vento os cistercienses estiveram muito mais envolvidos em seu aperfeiçoamento. Depois de o princípio do moinho de vento chegar à Europa vindo da Síria através da Terceira Cruzada (1189 a 1192), os cistercienses provavelmente inventaram o moinho vertical com leme, que girava na direção da mudança do vento.<sup>304</sup>

Cada abadia tinha seu próprio moinho para moer grãos que, mediante determinada taxa, também podia ser usado pelos camponeses locais. Em época posterior, camponeses residentes nos fundos de um mosteiro muitas vezes eram obrigados por lei a moer seus grãos no moinho monástico.

Em conexão com o eixo de comando, usado na Europa desde o século X para transformar mecanicamente a rotação em um movimento de vaivém vertical ou horizontal, a roda d'água também era usada para acionar moinhos de martelos. Esses equipamentos de esmagamento mecânico eram usados para quebrar (bater) cânhamo e linho antes de serem processados na fiação e tecelagem. Um moinho de tambor cisterciense podia substituir quarenta trabalhadores em pé que calcavam em cubas cheias de água, e o tecido produzido por tambor mecânico era muito mais flexível e maleável e, portanto, mais durável. A mecanização do processo de tamboreamento teve alcances tão vastos quanto a mecanização da fiação e da tecelagem no século XVIII. Basicamente a mesma técnica de moagem era usada pelos cistercienses para produzir cerveja, beneficiar azeitonas e uvas, peneirar farinha e curtir couro e peles. Os cistercienses também introduziram as técnicas mais atuais de beneficiamento de ferro. A primeira evidência de um

---

<sup>304</sup> ROTH, Hermann Joseph: *Zur Wirtschaftsgeschichte der Cistercienser* (Sobre a História Econômica dos Cistercienses), in: *Die Cistercienser. Geschichte. Geist. Kunst*, ed. por A.Schneider etc., Colônia 1983, p. 528-557, p. 545.

moinho de ferro europeu foi encontrada em 1197 em uma abadia cisterciense na Suécia.<sup>305</sup> Essa máquina de usinagem consistia em uma ferraria na qual os martelos eram acionados por energia hidráulica. O primeiro forno de fundição data de 1323. Somente foles hidráulicos eram suficientemente potentes para atizar o fogo até atingir a temperatura de 1.500 graus Celsius, o ponto de fusão do ferro. Os cistercienses aplicaram essas técnicas para fabricar pesados arados de ferro equipados com uma relha vertical, uma lâmina e uma navalha curva. Esse equipamento, necessário para cultivar solo florestal limpo e terras aluviais férteis, foi introduzido pelos monges cristãos em lugares que só conheciam arados de madeira com ponta endurecida pelo fogo ou com ponta de ferro.

Curiosamente há centenas de registros atestando que os cistercienses estavam envolvidos no beneficiamento de ferro em toda a Europa, mas somente há raras evidências de que também produzissem chumbo, cobre, zinco ou metais preciosos<sup>306</sup>, embora houvesse minas europeias de prata e cobre ativas desde o século XI. Aparentemente os cistercienses não estavam interessados em produzir bens de luxo ou moedas — outro indicador de sua política econômica diferenciada, enraizada em uma ética genuinamente cristã.

#### **4. CARACTERÍSTICAS CISTERCIENSES DE MODERNIZAÇÃO**

##### **4.1.**

Na Alemanha, o conhecimento do papel cisterciense no processo de modernização da Idade Média se manteve vivo a nível da história local. Aos oito anos de idade, o autor deste artigo foi levado em uma excursão escolar à abadia de Marienfeld, um antigo mosteiro cisterciense a apenas cinco quilômetros de sua

---

<sup>305</sup> GIMPEL, 1980, p.19.

<sup>306</sup> GIMPEL, 1980, p.44.

cidade natal. Junto com seus admirados colegas de classe aprendeu o quanto seus antepassados agricultores foram beneficiados pelo trabalho árduo e pela incansável autodisciplina dos monges. Eles não apenas trouxeram a tecnologia dos moinhos, mas também ensinaram técnicas de construção com tijolos aos moradores locais, que até então haviam vivido em casas de barro ou pedra (Möller). Memórias semelhantes foram transmitidas em todos os inúmeros locais em que igrejas e instalações cistercienses ficaram preservadas ou ainda são mantidas em funcionamento por essa congregação.

No contexto da história acadêmica, no entanto, o panorama é outro. Provavelmente por causa da parcialidade de uma disciplina acadêmica dominada por protestantes e condicionada pela arrogância e autocondescendência da era moderna, historiadores (em especial historiadores eclesiásticos) tenderam a nivelar a ordem cisterciense com todos os demais movimentos monásticos sob o veredito generalizante de escapismo, alienação do mundo e fanatismo religioso. No caso dos cistercienses foram consideradas provas desse veredito seu estilo de vida ascético, sua autarquia econômica e o fato de preferirem áreas remotas de florestas e pântanos para locais de assentamento. Historiadores eclesiásticos admitiam no máximo a “ironia” de que uma ordem escapista pudesse ter um efeito tão significativo no mundo.<sup>307</sup>

Entretanto, considerado em seu contexto histórico, o modo de vida cisterciense aparece sob uma luz bastante diferente. Primeiro, a escolha do local

---

<sup>307</sup> WINTER, Franz: *Die Zisterzienser des nordöstlichen Deutschlands* (Os Cistercienses do Nordeste da Alemanha). Uma Contribuição para a História Eclesiástica e Cultural da Idade Média Alemã. Em 3 Tomos. Tomo 1 (vol. I). Bis zum Auftreten der Bettelorden (Até o Surgimento das Ordens Mendicantes). Reimpressão da Edição de Gotha 1868, Aalen 1966 Tomo 2 (vol. II). Vom Auftreten der Bettelorden bis zum Ende des 13. Jahrhunderts (Do Surgimento das Ordens Mendicantes até o Final do Séc. XIII). Reimpressão da Edição de Gotha 1868, Aalen 1966, p. 6.  
SVOBODA, Hanno: *Die Klosterwirtschaft der Cisterzienser in Ostdeutschland* (A Economia Monástica dos Cistercienses no Leste da Alemanha), Nurenberg 1930, p. 119.

era sobretudo mera questão de disponibilidade. Foi somente em áreas remotas e aparentemente inférteis que a ordem conseguia encontrar espaço suficiente para propriedades e assentamentos maiores e que terras eram doadas à congregação por proprietários e governantes civis. Quando, no final do século XII, os cistercienses começaram a se espalhar para áreas a leste do rio Elba, eles o fizeram porque se sentiam chamados a servir como missionários cristãos entre os vendos e sorábios, as tribos eslavas da região. Nessa época colonos alemães já haviam usurpado as áreas mais acessíveis e férteis e deslocado a população nativa para montanhas e florestas remotas. Naturalmente os cistercienses seguiram os nativos e estabeleceram seus mosteiros e propriedades em terras não cultivadas entre as aldeias deles. Assim exportaram a modernização da Europa ocidental para os atrasados e marginalizados da periferia oriental.

Em segundo lugar, a autossuficiência era um princípio econômico comum naquele tempo. No isolamento econômico doméstico, as famílias camponesas, ou pelo menos as maiores propriedades feudais, não apenas produziam seus próprios alimentos, mas também os têxteis, móveis e utensílios domésticos mais necessários. Portanto, em termos de autossuficiência econômica, longe de virarem as costas para o mundo, os monges simplesmente seguiram os padrões do mundo. Quanto ao estilo de vida precário dos monges, não se deve esquecer que em média a população campesina medieval dificilmente vivia melhor do que os monges e irmãos leigos cistercienses. Ainda que sua dieta possa ter parecido repugnante a um professor burguês do século XIX, ela deve ter sido o paraíso para muitos camponeses empobrecidos do século XII. Por qual outra razão os cistercienses teriam praticado um ano de experiência para todos os que ingressavam na ordem? Aparentemente era necessário eliminar de suas fileiras os que buscavam segurança material em vez de um local para adorar e servir.

Ao contrário de fugir do mundo os cistercienses preferiram deixar-se levar para dentro dele. Diferenciavam-se dos padrões da sociedade circundante apenas na medida em que seu código de simplicidade era aplicado igualitariamente a todos, bem como no fato de que o sucesso econômico não os induzia ao luxo. Nisso de fato renunciaram ao escapismo e ao “fora-mundismo” dos nobres e eruditos (incluindo o clero), que se segregavam das massas tanto pelo estilo de vida quanto pelo exercício do poder. Os cistercienses entendiam sua congregação como “novo Israel”, uma metáfora teológica para uma comunidade alternativa concebida como luz no mundo, isto é, com uma função de modelo para o restante da sociedade.<sup>308</sup>

Com seu estilo de vida e política econômica os cistercienses concretizaram – para usar um termo teológico – uma missão de encarnação junto aos pobres e humildes de seu tempo. É irônico que seja a pesquisa acadêmica da história econômica e tecnológica (Roth, Zinn, Gimpel, Whyte) e não a disciplina da teologia que está fazendo justiça à trajetória cisterciense.

#### 4.2.

Os cistercienses praticavam uma economia voltada para as necessidades. Suas inovações na agricultura levaram a um aumento considerável da qualidade da nutrição da população. Seus avanços tecnológicos no processo produtivo aliviaram inúmeros camponeses de grandes esforços físicos. O cultivo em terras abandonadas e o aumento da produtividade ajudaram a aliviar as pressões causadas pelo drástico crescimento populacional (entre os anos 1000 e 1300, a população europeia cresceu de 42 para 73 milhões).

Na ética econômica os cistercienses se ativeram aos ensinamentos cristãos medievais. Para Tomás de Aquino o propósito econômico do trabalho

---

<sup>308</sup> WINTER, 1966, p. 136.

humano residia em suprir as demandas da vida e atender às necessidades humanas básicas. As atividades econômicas deveriam sustentar a pessoa e a todos os membros da sociedade que não pudessem se autossustentar. Em consonância com esse princípio, muitos teólogos medievais eximiam de culpa o furto cometido por necessidade ou para mera sobrevivência. Em contraposição, tentar obter mais que o estritamente necessário à vida era considerado pecado e classificado como forma econômica de *superbia* (arrogância e orgulho), um dos pecados capitais mais perigosos e desprezíveis.

Em consonância com esse ensinamento, as inovações cistercienses não eram inovações de produto, mas inovações de processo.<sup>309</sup> A ordem não criou nenhum produto novo além dos já conhecidos e que atendiam às demandas básicas de alimento, vestuário, calefação e moradia. Em vez disso concentravam-se integralmente em desenvolver a produtividade — um método que por princípio possui efeito muito mais duradouro e sustentável em qualquer rota de modernização. Para se manterem alinhados com sua fé os cistercienses tiveram que limitar sua economia ao âmbito da simplicidade e da necessidade. Contudo, dentro desses parâmetros, lograram a maior eficiência na produção e máxima qualidade nos produtos.

#### 4.3.

Os cistercienses praticavam uma economia ecologicamente correta. Estabeleciam-se perto de córregos e rios para obter uma fonte local de energia renovável. Seu progresso tecnológico se distanciava enormemente do espírito de conquista da natureza dos tempos modernos. Isso se torna mais evidente em um poema integralmente preservado e muito expressivo de um monge cisterciense em

---

<sup>309</sup> ZINN, 1989, p. 34.

Claraval.<sup>310</sup> Trata-se de um hino à mais recente tecnologia do mosteiro, exaltando a dádiva e energia da água do rio, que presta seu serviço gratuito e inestimável à humanidade, aliviando pessoas e animais da miséria e do trabalho extenuante. Nesse poema a água aparece quase personificada, como parceira generosamente presenteadora dos seres vivos. Os padrões semânticos comparam a água a um animal doméstico criado e treinado pela engenhosidade humana, mas merecedor de respeito, cuidado e apreço humanos. Antes de tudo, o poema começa como prece, louvando a Deus pelo consolo que concede a seus servos ao submeter-lhes o poder da natureza em forma de energia hidráulica.

Os cistercienses tratavam campos, matas e reservas de peixes com espírito idêntico. Desenvolveram métodos para produzir a maior quantidade possível de peixes sem sobrecarregar seus açudes e pesqueiros. Fizeram experiências com técnicas de fertilização e impuseram a seus arrendatários regras rígidas de como cavar, arar, gradear, revolver e fertilizar o solo, e de qual rotação e combinação de culturas deveriam observar para evitar o esgotamento do solo.

Os cistercienses desenvolveram um conceito altamente eficiente de utilização da natureza. Esse conceito, para o qual hoje se tornou comum o termo “sustentabilidade”, precisa ser distinguido de proteção ambiental, por um lado, e de exploração da natureza, por outro. Pesquisas etimológicas constataram que esse conceito apareceu pela primeira vez nos regulamentos florestais de 1144 na Abadia de Mauermünster, na Alsácia.<sup>311</sup> Foi somente seis séculos e meio depois que esse princípio de manejo (a exploração madeireira não deve exceder a quantidade de madeira que volta a crescer) encontrou amplo reconhecimento na

---

<sup>310</sup> GIMPEL, 1980, p.12.

Le Goff, Jaques: *Kultur des europäischen Mittelalters* (A Cultura na Idade Média Europeia), Zurique-Munique 1970, p.366.

<sup>311</sup> VORHOLZ, Fritz: *Die Last der Hedonisten* (O Fardo dos Hedonistas), in: *Die Zeit*. no. 30/1994, p. 15-16, p. 16.

Alemanha, de onde foi exportado para todas as partes do mundo como o princípio básico de uma silvicultura bem ordenada. Nenhum empreendedor racional jamais consumiria conscientemente seu capital em lugar dos lucros. Numa época em que esse princípio está sendo amplamente violado por ganância, é importante notar que essa forma racional de economia tem sido historicamente não apenas compatível com a religião, mas também gerada por pessoas conhecidas por sua percepção distintamente religiosa da natureza.

#### 4.4.

Por fim, os cistercienses concretizavam uma economia em que teoria e prática, bem como centralização e descentralização, permaneciam perfeitamente equilibradas. Em consonância com o princípio da autonomia e autossuficiência, cada mosteiro era mais ou menos autônomo nas tomadas de decisão. Fontes de energia, meios de produção e mercados estritamente locais formavam sua base. A força de trabalho humana combinada da comunidade constituía o principal capital de cada mosteiro, enquanto a rede da congregação provavelmente fornecia um apoio limitado, sobretudo para a instalação de moinhos de água, que naquela época eram muito caros para propriedades individuais.

O ensino, a pesquisa e a experimentação empreendidos pelos monges emergiam da integração do trabalho espiritual e físico e, conseqüentemente, se orientavam em questões práticas. Isso produziu um efeito positivo imediato na produtividade agrícola e, portanto, foi de enorme relevância para as massas rurais. Essa situação mudou mais tarde quando a pesquisa acadêmica passou a ser cada vez mais monopolizada pelas universidades, que estavam muito mais distantes das necessidades e questões das pessoas comuns.

Embora cada mosteiro gozasse de ampla autonomia, o sistema de visitação e os capítulos gerais anuais foram decisivos para troca de experiências,

aprimoramentos técnicos, ideias comerciais e resultados de pesquisas (incluindo o intercâmbio físico de novas variedades e raças). Foi essa forte combinação de troca centralizada de ideias com poder decisório descentralizado, de rede global de apoio com economias locais, de conhecimento compartilhado com aplicação diversificada que pareceu ser altamente propícia para os notáveis efeitos modernizadores dos cistercienses.

As características do modo de economia cisterciense, embora existindo há quase novecentos anos, aproximam-se surpreendentemente de conceitos alternativos defendidos no debate atual sobre modernização. É verdade que em outros aspectos os cistercienses parecem muito estranhos ao observador moderno. Particularmente sua exclusão de mulheres constituiu um grave retrocesso. Não obstante, vale a pena estudar o modelo cisterciense na busca atual por novas alternativas – em conjunto com muitos exemplos de outras épocas, culturas e religiões.

## REFERÊNCIAS

GIMPEL, Jean: *Die industrielle Revolution des Mittelalters* (A Revolução Industrial da Idade Média), Zurique-Munique 1980.

HENRY, Patrick G.: *Monastic Mission*. The Monastic Tradition as Source for Unity and Renewal Today (Missão Monástica. A Tradição Monástica como Fonte de União e Renovação Hoje), in: *The Ecumenical Review*. vol. 39 (1987), p. 271-281.

LE GOFF, Jaques: *Kultur des europäischen Mittelalters* (A Cultura na Idade Média Europeia), Zurique-Munique 1970.

MÖLLER, Eckhard (Diretor dos Arquivos da Cidade de Harsewinkel): Correspondência Pessoal, Agosto de 1994.

MUGGENTHALER, Hans: *Kolonisatorische und wirtschaftliche Tätigkeit eines deutschen Zisterzienserklusters im XII. und XIII. Jahrhundert* (As Atividades Colonizadoras e Econômicas de um Mosteiro Cisterciense Alemão nos Séc. XII e XIII), Munique 1924.

ROTH, Hermann Joseph: *Zur Wirtschaftsgeschichte der Cistercienser* (Sobre a História Econômica dos Cistercienses), in: *Die Cistercienser. Geschichte. Geist. Kunst*, ed. por A.Schneider etc., Colônia 1983, p. 528-557.

SVOBODA, Hanno: *Die Klosterwirtschaft der Cistercienser in Ostdeutschland* (A Economia Monástica dos Cistercienses no Leste da Alemanha), Nurenberg 1930.

VORHOLZ, Fritz: *Die Last der Hedonisten* (O Fardo dos Hedonistas), in: *Die Zeit*. no. 30/1994, p. 15-16.

WHYTE JR., Lynn: *Die mittelalterliche Technik und der Wandel der Gesellschaft* (Tecnologia Medieval e Mudanças Sociais), Munique 1962.

WINTER, Franz: *Die Zisterzienser des nordöstlichen Deutschlands* (Os Cistercienses do Nordeste da Alemanha). Uma Contribuição para a História Eclesiástica e Cultural da Idade Média Alemã. Em 3 Tomos. Tomo 1 (vol. I). Bis zum Auftreten der Bettelorden (Até o Surgimento das Ordens Mendicantes). Reimpressão da Edição de Gotha 1868, Aalen 1966. Tomo 2 (vol. II). Vom Auftreten der Bettelorden bis zum Ende des 13. Jahrhunderts (Do Surgimento das Ordens Mendicantes até o Final do Séc. XIII). Reimpressão da Edição de Gotha 1868, Aalen 1966.

ZINN, Karl Georg: *Kanonen und Pest. Über die Ursprünge der Neuzeit im 14. und 15.Jahrhundert* (Canhões e Praga. Sobre a Origem da Era Moderna nos Sec. XIV e XV), Opladen 1989.